



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0287358-7
COMARCA: 4ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
APELANTE: BANCO BMG S.A.
APELADO: LUCICLAIRE GOMES CINTRA
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO - CARTÃO BANCÁRIO FURTADO - TEORIA DO RISCO PROFISSIONAL - APLICAÇÃO DO CDC - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DANO MORAL EVIDENCIADO - QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE NÃO CARECE DE REPARO - APELO DESPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0287358-7**, em que figuram como Apelante **BANCO BMG S.A.** e como Apelada **LUCICLAIRE GOMES CINTRA**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: ***"Por unanimidade, negou-se provimento ao apelo, nos termos dos votos da Turma."*** Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, *22* de *março* de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

153

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0287358-7

APELANTE: BANCO BMG S.A.

ADV: MARCELA SANTOS DOS REIS PE028898

APELADO: LUCICLAIRE GOMES CINTRA

ADV: ANTÔNIO GUERRA CINTRA JÚNIOR PE013445

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito c/c Danos Morais e Repetição de Indébito.

Sentença Recorrida: A Decisão de fls. 140/145, julgou parcialmente procedente o pleito autoral, de modo que: declarou a inexistência das dívidas pormenorizadas às fls. 05 e 06 e cobradas nas faturas de maio, junho e julho do ano de 2011 (fls. 34/37), bem como, por consequência, dos juros de mora cobrados pela ré em virtude do inadimplemento das referidas quantias; condenou a ré a restituir, em dobro, o que houver recebido da autora a título de pagamento das compras aludidas e a indenizá-la em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por danos morais. Além do mais, deferiu o pedido de concessão de medida cautelar no sentido de determinar que a ré e a FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco se abstenham de efetuar descontos no benefício previdenciário percebido pela autora (se forem estes referentes às dívidas debatidas nesta ação), bem como que a primeira se abstenha de inserir esta última nos cadastros do SPC e do SERASA (se a razão dessa eventual pretensão de inscrição seja oriunda desses mesmos valores), fixando multa de R\$ 1.000 (mil reais) por dia de descumprimento dessa determinação. Impôs à ré, ainda, o pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20, § 3º, do CPC, bem como das custas processuais, na forma do art. 21, p.u., do mesmo diploma.

Objeto: Apelação com pedido de reforma total da sentença hostilizada e, alternativamente, pela redução do quantum indenizatório (fls. 150/159).

Razões recursais: Argumenta que inexistir qualquer responsabilidade da sua parte, uma vez que não teve a ciência da fraude pelas compras realizadas por meio do cartão de crédito furtado. Alega que não houve o preenchimento dos requisitos do art. 42 do CDC e, de forma alternativa, pugna pela redução do quantum indenizatório.

Contra-razões: Contra-razões às fls. 167/177, pugnando pela manutenção da decisão "a quo" e, conseqüentemente, a improcedência da Apelação.

É o que importa relatar.

À Doute revisão.

Recife, 17 de outubro de 2012.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0287358-7

APELANTE: BANCO BMG S.A.

ADV: MARCELA SANTOS DOS REIS PE028898

APELADO: LUCICLAIRE GOMES CINTRA

ADV: ANTÔNIO GUERRA CINTRA JÚNIOR PE013445

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

De plano, ressalto que a responsabilidade da instituição financeira no caso em estudo é de natureza objetiva nos termos do artigo 14, do CDC, aplicável à espécie nos termos da orientação contida na Súmula 297 do STJ (O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras).

Logo, pelas regras do Código de Defesa do Consumidor, a instituição financeira responde de forma objetiva, nos termos de seu artigo 14, que assim dispõe:

“O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”.

A responsabilidade do apelado é de natureza integral e objetiva e incide na espécie a teoria do risco do empreendimento, de sorte que o titular do cartão somente pode ser responsabilizado se ficar provada a sua culpa exclusiva, o que não é o caso.

Ademais, vale salientar que o pouco tempo que se passou entre a ocorrência do furto, a lavratura do Boletim de Ocorrência e a comunicação à central de atendimentos da apelante não é motivo para afastar a responsabilidade da instituição financeira. Nem sempre a vítima de furto tem condições de tomar de imediato as providências necessárias para a impedir a ação de meliantes que se apoderam de seus documentos e cartões bancários.

Reconhecidos o dano e o dever de reparação, resta apenas especificar o quantum da indenização. E, como se sabe, no ordenamento jurídico vigente cabe ao juiz o arbitramento do valor da reparação dos danos morais e os parâmetros a serem observados, na lição de MARIA CELINA BODIN DE MORAES são: o grau de culpa do ofensor; a extensão do prejuízo ou a intensidade do sofrimento da vítima; a situação



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

econômico-financeira das partes ("Danos à Pessoa Humana", Ed. Renovar, 2003, pp. 275-310).

Acrescente-se ainda, como balizamento geral, a observância dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

A propósito, ensina SERGIO CAVALIERI FILHO que *"após a Constituição de 1988 não há mais nenhum valor legal prefixado, nenhuma tabela ou tarifa a ser observada pelo juiz na tarefa de fixar o valor da indenização pelo dano moral, embora deva seguir, em face do caso concreto, a trilha do bom senso, da moderação e da prudência, tendo sempre em mente que se, por um lado, a indenização deve ser a mais completa possível, por outro, não pode tornar-se fonte de lucro indevido (...) o juiz não pode se afastar dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, hoje tidos como princípios constitucionais"* ("Programa de Responsabilidade Civil", Ed. Malheiros, 5ª ed., 2003, p. 109).

A condenação, ao meu sentir, era medida que se impunha no presente, não merecendo qualquer reparo a sentença vergastada no tocante ao valor fixado a título de danos morais, pois, a meu sentir, o valor arbitrado (R\$ 5.000,00) se mostra compatível com o que vem sendo decidido por esta colenda câmara.

Vale ressaltar, também, que o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, salvo hipótese de engano justificável, restando, portanto, precisa a decisão vergastada.

Assim, por conta dessa soma de razões, VOTO PARA NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, mantendo incólume a sentença vergastada.

É COMO VOTO.

Recife, 19/03/2013.
[Assinatura]

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0287358-7

APELANTE: BANCO BMG S.A.

APELADA: LUCICLAIRE GOMES CINTRA

RELATOR: Des. José Carlos Patriota Malta

REVISOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO - REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos a minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

É meu voto.

Recife, 19 de março de 2013


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Revisor